



UFRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Pró-Reitoria de Gestão e Governança – PR6

Superintendência Geral de Patrimônio - SGP

Divisão de Gestão de Cessão de Uso - DGCU

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo administrativo nº: 23079.008817/2017-74

1 – Objeto:

A presente solicitação tem por objetivo a legalização de espaço público, destinado a serviços de reprografia e mecanografia, localizado na Faculdade Nacional de Direito (FND) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), de acordo com as informações deste termo de referência.

2 – Justificativa:

A legalização por procedimento licitatório do espaço público destinado a serviços de reprografia e mecanografia localizados na FND/UFRJ se faz necessária em obediência aos princípios constitucionais inerentes à Administração Pública, além de manter conformidade com o que determina o Decreto nº 3.725/2001 que trata da regulamentação da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União.

O oferecimento deste tipo de serviço pela própria instituição torna-se inviável, uma vez que a atividade não está vinculada à atividade fim da UFRJ, mas é um serviço necessário para o atendimento das atividades didático-pedagógicas dos docentes, das demandas administrativas e do corpo discente, já que o corpo social da FND é composto por cerca de 2.600 alunos ativos divididos em 3 turnos, 100 docentes e 60 técnicos administrativos.

3 – Especificações Técnicas:



UFRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Pró-Reitoria de Gestão e Governança – PR6

Superintendência Geral de Patrimônio - SGP

Divisão de Gestão de Cessão de Uso - DGCU

3.1 Espaço físico para serviços de reprografia e mecanografia, situado na FND/UFRJ, localizado à Rua Moncorvo Filho nº 8, Térreo, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP: 20511-340, com 28,70 m2, sem medidor de energia e de água, com acesso no interior do prédio da FND, que apresenta segurança 24h, apresentando porta do tipo blindex e balcão de atendimento.

3.2 A concessionária deverá apresentar projeto de localização e especificação de equipamentos a serem utilizados de acordo com o espaço físico destinado até 30 dias antes do início do funcionamento do serviço.

3.3 Serão permitidas instalações de máquinas copiadoras, impressoras e computadores com acesso à internet, além de mobiliário necessário que atendam a demanda do corpo social da FND.

3.4 Nas máquinas instaladas, todos os softwares comerciais devem ser licenciados. É obrigatória a utilização de antivírus, com licença de atualização. Na opção de uso de software livre, a TIC/UFRJ deverá manifestar-se favorável à utilização.

4 – Funcionamento:

4.1 Os serviços devem ser prestados ao corpo social da FND e ao público em geral.

4.2 Os serviços deverão ser prestados de forma contínua, no horário de 07h às 21h, em dias úteis durante todo o período letivo.

4.3 No período não letivo, o horário de funcionamento deverá ser negociado com a Direção da FND levando-se em consideração a demanda do período.

4.4 Excepcionalmente, a Direção da FND poderá requerer atendimento em fins de semana e feriados, o que será comunicado com, no mínimo, três dias úteis de antecedência.

4.5 O início das atividades deverá ocorrer em até cinco dias após a assinatura do termo de concessão de uso. No caso de necessidade de obras a pedido da concessionária, as



UFRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Pró-Reitoria de Gestão e Governança – PR6

Superintendência Geral de Patrimônio - SGP

Divisão de Gestão de Cessão de Uso - DGCU

atividades deverão ser iniciadas em até 20 dias após a assinatura do termo de concessão de uso.

4.6 Para execução dos serviços contratados, são de responsabilidade da concessionária os equipamentos, insumos, softwares e serviços de manutenção preventiva e corretiva.

4.7 São proibições em todo o espaço público da FND: fumar; permitir a entrada ou permanência de animais silvestres ou domésticos; depósito de substâncias nocivas à saúde humana ou ilícitas; utilização de equipamentos de som e imagem que possam produzir ruídos que atrapalhem o funcionamento da faculdade.

4.8 É vedada a utilização do espaço para qualquer outro fim que não o previsto neste termo de referência, sendo vedado à concessionária transferir a concessão, locar, sublocar, ceder ou emprestar o imóvel, ainda que parcialmente.

4.9 As benfeitorias só poderão ser realizadas com expressa autorização da Direção da FND.

4.10 Durante a vigência do contrato, as cópias/ impressões não poderão apresentar manchas que dificultem a visualização e compreensão do material.

4.11 Caso um equipamento seja danificado, haverá o prazo de até 48 horas para conserto ou substituição a fim de que não ocorra prejuízos na prestação dos serviços.

5– Funcionários:

5.1 A concessionária deverá disponibilizar número suficiente de funcionários para atendimento ao público de forma célere e satisfatória.

5.2 Os funcionários à disposição da concessionária deverão ser formalmente registrados, observando-se o piso salarial da categoria e os benefícios estabelecidos em convenção coletiva de trabalho, respeitando-se integralmente a legislação trabalhista aplicável e vigente.



UFRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Pró-Reitoria de Gestão e Governança – PR6

Superintendência Geral de Patrimônio - SGP

Divisão de Gestão de Cessão de Uso - DGCU

5.3 Os funcionários deverão utilizar vestuário adequado à prestação do serviço.

6 – Remuneração:

6.1 Para a concessão de uso do espaço público será devida remuneração fixa equivalente à quantia constante na proposta vencedora do certame licitatório, que deverá ser recolhido até o 10º dia do mês subsequente ao seu vencimento, por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU) enviada por e-mail cadastrado junto à Divisão de Gestão de Cessão de Uso (DGCU) da PR6.

6.2 O valor locatício mensal referencial é de R\$ 625,94 segundo avaliação constante no processo 23079.008817/2017-74, esse valor refere-se apenas como referência à taxa de Concessão de Uso Oneroso do imóvel público, sendo que quaisquer despesas decorrentes da sua utilização deverão ser suportadas pelo concessionário.

6.3 Nos meses por ocasião de recessos, férias, greves ou quaisquer circunstâncias em que haja suspensão das atividades acadêmicas na FND, a concessionária pagará o valor correspondente a 50% do valor contratado, devendo a Direção da FND confirmar o período desta redução.

6.4 O valor da remuneração será reajustado anualmente, na hipótese de prorrogação de vigência do termo de concessão de uso, com base no IGP-M, apurado pela FGV ou por qualquer outro índice que vier a substituí-lo durante sua vigência.

6.5 Para melhor dimensionamento da proposta, poderá ser agendada visita técnica às instalações do espaço público destinado à prestação dos serviços de reprografia/mecanografia da FND/UFRJ no telefone/endereço eletrônico disponibilizado abaixo:

Contato – Maria de Fatima Bardano - (21) 3938-1030 – gerencia@direito.ufrj.br.

6.6 O fornecimento de energia elétrica deverá ser realizado prioritariamente pela concessionária pública do serviço de fornecimento de energia elétrica, diretamente.



UFRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Pró-Reitoria de Gestão e Governança – PR6
Superintendência Geral de Patrimônio - SGP
Divisão de Gestão de Cessão de Uso - DGCU

6.7 Caso se verifique impossibilidade do fornecimento referido no item 6.6, a Concessionária ressarcirá a UFRJ pela utilização de energia elétrica.

6.7.1 Nesse caso, o gasto com energia elétrica será aferido através de medidor próprio a ser instalado a expensas da Concessionária.

6.7.2 Se houver impossibilidade de aferição com medidor próprio, o gasto será estimado através de levantamento a ser realizado com base nos equipamentos utilizados e no tempo médio de utilização.

6.8 Será cobrado, a título de ressarcimento, valor correspondente a 10% do valor da taxa de ocupação referente ao gasto de água e custeio das despesas incorridas para conservação e manutenção do prédio.

7 – Serviços mínimos exigidos:

Para os serviços de reprografia e mecanografia exige-se, no mínimo:

- 1 – Cópias em preto e branco;
- 2 – Cópias coloridas;
- 3 – Encadernação, incluindo capa dura;
- 4 – Impressão de documentos;
- 5 – Digitalização de documentos.

7.1 Além dos serviços de cópia, encadernação, impressão e digitalização, a concessionária poderá ofertar à comunidade universitária outros de natureza similar, previamente aprovadas pela Direção da FND.

8 – Preços ofertados:



UFRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Pró-Reitoria de Gestão e Governança – PR6

Superintendência Geral de Patrimônio - SGP

Divisão de Gestão de Cessão de Uso - DGCU

8.1 Os preços dos itens ofertados não poderão ser superiores aos praticados no mercado da região na qual será instalada a prestação do serviço, em estabelecimentos similares.

8.2 A tabela de preços deverá ser exposta para os usuários. Caso o fiscal do termo de concessão de uso identifique preços superiores aos praticados no mercado da região, poderá solicitar a redução dos mesmos.

8.3 A concessionária deverá indicar preço diferenciado e menor para cópias de avaliações (provas), cópias de material da área administrativa devidamente autorizado e cópias para alunos da UFRJ.

9 – Obrigações da Concedente:

9.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Concessionária, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta, e as condições preestabelecidas neste Termo de Referência.

9.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado para tal finalidade (fiscal do contrato), anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como, o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9.3 Notificar a Concessionária, pelo fiscal do contrato, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

9.4 Confeccionar mensalmente Guia de Recolhimento da União (GRU) e disponibilizá-la à concessionária até o último dia útil de cada mês, ou cobrar a apresentação do comprovante de pagamento pela contratada.

9.5 Verificar se a concessionária efetuou o recolhimento das GRUs confeccionadas no prazo previsto neste Termo de Referência.



UFRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Pró-Reitoria de Gestão e Governança – PR6

Superintendência Geral de Patrimônio - SGP

Divisão de Gestão de Cessão de Uso - DGCU

9.6 Notificar a concessionária na hipótese de eventual aplicação de multa contratual decorrente de atraso na entrega ou inadequação dos serviços, fixando prazo para recolhimento do valor mediante Guia de Recolhimento da União.

9.7 Realizar pesquisas de preços periódicas em estabelecimentos similares no sentido de acompanhar a evolução dos preços praticados no mercado local e à conformidade destes com os cobrados na prestadora dos serviços na FND.

9.8 Realizar o acompanhamento do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias no tocante a mão de obra disponibilizada pela concessionária para a prestação dos serviços prestados.

10 – Obrigações da Concessionária:

10.1 Prestar aos usuários atendimento com segurança, rapidez e cordialidade, bem como, executar os serviços segundo os padrões de qualidade usuais de mercado e de acordo com as normas ABNT vigentes e da lei de direito autoral.

10.2 Manter atendentes no balcão em número suficiente, por turno de funcionamento para atendimento da demanda existente.

10.3 Fornecer aos usuários dos serviços condições que possibilitem o uso adequado das suas instalações, de acordo com o especificado no Edital.

10.4 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela FND/UFRJ, obrigando-se a atender a todas as reclamações a respeito da qualidade dos serviços oferecidos.

10.5 Manter durante a vigência do termo de concessão de uso as qualificações/condições de habilitação solicitadas na fase de licitação.

10.6 Responsabilizar-se por todas as despesas diretas e indiretas tais como: salários, transportes, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados ou preposto, no



UFRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Pró-Reitoria de Gestão e Governança – PR6

Superintendência Geral de Patrimônio - SGP

Divisão de Gestão de Cessão de Uso - DGCU

desempenho dos serviços objeto desta licitação, ficando a concedente, isenta de quaisquer vínculo empregatício com os mesmos;

10.7 Obedecer ao horário de funcionamento estabelecido neste termo de referência, durante todo o ano letivo, e ainda, esporadicamente nos finais de semana, mediante solicitação da concedente.

10.8 No período de recesso acadêmico e de greve, combinar com a Direção da FND/UFRJ o horário de funcionamento.

10.9 Responsabilizar-se pelas manutenções periódicas (hidráulica, elétrica e pintura) da estrutura física do local alugado, bem como, pela higienização diária das instalações utilizadas.

10.10 Mobiliar o local com todos os equipamentos e móveis, que julgar necessário para a boa execução dos serviços. Devendo ser apresentados os documentos fiscais pertinentes à aquisição dos bens ingressos nas dependências da FND/UFRJ para fins de registro patrimonial. Todos os bens deverão ser identificados e a relação fornecida ao setor de Patrimônio para registro de bens de terceiros.

10.11 Manter atualizada a relação de valores cobrados pelos serviços, sempre visíveis aos usuários do estabelecimento;

10.12 Permitir aos servidores e aos responsáveis pela fiscalização, acesso às dependências do local da prestação dos serviços, prestando-lhes com exatidão as informações solicitadas;

10.13 Utilizar pessoal devidamente habilitado, para o serviço contratado, os quais deverão se apresentar ao local de trabalho, devidamente uniformizados e orientados a executar as tarefas de atendimento aos usuários com cordialidade;



UFRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Pró-Reitoria de Gestão e Governança – PR6

Superintendência Geral de Patrimônio - SGP

Divisão de Gestão de Cessão de Uso - DGCU

10.14 Ao término do contrato, devolver a FND/UFRJ, as instalações predial e elétrica, bem como os balcões de atendimento, tal como foram recebidos, assim como a manutenção de quaisquer benfeitorias realizadas no imóvel.

10.15 Observar as regras de segurança e fornecer todos os equipamentos de proteção individual aos seus colaboradores, tais como: calçados, luvas, aventais, jalecos e outros que se façam necessários, conforme normas estabelecidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

10.16 Manter em suas expensas, apólice de seguro contra incêndio, bem como, contra riscos de acidente de trabalho de todo o pessoal designado para a prestação dos serviços;

10.17 Utilizar em seu quadro técnico, profissionais qualificados para a correta execução dos serviços contratados, sendo que, o número de funcionários deverá ser em quantitativo suficiente para atender as demandas da comunidade universitária nos períodos matutino, vespertino e noturno.

10.18 Manter durante a execução dos serviços, profissionais com qualificação técnica necessária para o atendimento com eficiência e eficácia da demanda de tarefas a serem cumpridas.

10.19 Fiscalizar o perfeito cumprimento do objeto do termo de concessão de uso, cabendo-lhe integralmente o ônus decorrente, independentemente da fiscalização exercida pela FND/UFRJ;

10.20 Arcar com eventuais prejuízos causados a FND/UFRJ e/ou a terceiros provocados pôr interferência ou irregularidade cometidas pôr seus empregados, convenientes ou preposto, na prestação dos serviços objeto do termo de concessão de uso;

10.21 Cumprir e fazer cumprir seus prepostos conveniados, leis, regulamentos e postura, bem como quaisquer determinações emanadas das autoridades competentes, pertinentes à matéria objeto do contrato, cabendo-lhes única e exclusiva



UFRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Pró-Reitoria de Gestão e Governança – PR6

Superintendência Geral de Patrimônio - SGP

Divisão de Gestão de Cessão de Uso - DGCU

responsabilidade pelas consequências de qualquer transgressão de seus prepostos ou convenientes, em especial quanto ao previsto na Lei dos direitos autorais;

10.22 Observar e cumprir a legislação ambiental no tocante ao descarte do lixo resultante da execução dos serviços contratados, encaminhando-os para locais adequados e procedendo a separação dos resíduos segundo as normas do programa de coleta seletiva, bem como, doar materiais recicláveis às cooperativas de catadores ou recicladores incentivando a prática da reciclagem e a proteção do meio ambiente;

10.23 Descartar corretamente os resíduos sólidos não recicláveis, acomodando-os no local adequado de forma a não permitir o seu acúmulo em ambientes impróprios;

10.24 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de providenciar os materiais e equipamentos necessários;

10.25 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.26 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Concedente autorizada a descontar da garantia, caso exigida, ou dos pagamentos devidos à Concedente, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.27 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Concedente;

10.28 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;



UFRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Pró-Reitoria de Gestão e Governança – PR6

Superintendência Geral de Patrimônio - SGP

Divisão de Gestão de Cessão de Uso - DGCU

10.29 Relatar à Concedente toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

10.30 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.31 Manter durante toda a vigência do termo de concessão de uso, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.32 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do termo de concessão de uso;

10.33 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993 e suas atualizações.

11 – DAS PENALIDADES

11.1 O não pagamento da GRU na data estipulada sujeitará a Concessionária ao pagamento de juros de mora na razão de 1% ao mês pro rata, e multa de 2%.

11.2 O não pagamento do débito após o recebimento de duas notificações, acarretará a imediata REVOGAÇÃO do termo de Concessão de Uso.

11.3 Comprovada a existência de vínculo de parentesco entre a Concessionária, seja na figura de sócio ou de gerente, com servidor da Concedente será aplicada multa no valor de 10% no valor total do contrato e o mesmo será rescindido.

11.4 Após a revogação assinada pelo Pró-reitor(a), obriga-se a Concessionária a devolver o bem cedido, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias.



UFRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Pró-Reitoria de Gestão e Governança – PR6

Superintendência Geral de Patrimônio - SGP

Divisão de Gestão de Cessão de Uso - DGCU

11.5 Pela inexecução, total ou parcial do objeto da concessão, ultrapassado o prazo estabelecido no para pagamento da GRU, a Universidade Federal do Rio de Janeiro poderá aplicar à Concessionária as seguintes sanções, isolada ou cumulativamente:

11.5.1 Advertência;

11.5.2 Suspensão temporária de participação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 05 (cinco) anos;

11.5.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Universidade enquanto perdurarem os motivos da punição;

11.5.4 As penalidades previstas neste Edital poderão deixar de ser aplicadas, total ou parcialmente, a critério da Autoridade Competente, se entender as justificativas apresentadas pela Concessionária como relevantes.

11 – Controle e Fiscalização da Execução:

11.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato serão efetuados por servidor formalmente designado pela Administração, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018.

11.2 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

11.3 A execução do termo de concessão de uso deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados na Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 2017, quando for o caso.



UFRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Pró-Reitoria de Gestão e Governança – PR6

Superintendência Geral de Patrimônio - SGP

Divisão de Gestão de Cessão de Uso - DGCU

11.4 O representante da Concedente deverá solicitar junto a Comissão do SICAF o registro das ocorrências verificadas no SICAF, adotando-se as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.5 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Concessionária ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no Edital e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

11.6 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Concessionária, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Concedente ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

12 – DA VISTORIA:

12.1 A visita técnica é facultativa. A empresa poderá fazer uma visita técnica para conhecimento da área de prestação do serviço. Esta visita deverá ser realizada de segunda à sexta-feira, durante o horário comercial, e deverá ser previamente agendada com O Setor de Atividades Gerenciais da FND, pelo telefone (21) 3938-1030.

12.2 O prazo para a visita técnica iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para abertura da sessão pública.

12.3 Para a visita técnica, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado e possuir conhecimento técnico no objeto da licitação.



UFRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Pró-Reitoria de Gestão e Governança – PR6

Superintendência Geral de Patrimônio - SGP

Divisão de Gestão de Cessão de Uso - DGCU

12.4 A Pró-Reitoria de Gestão e Governança da Universidade Federal do Rio de Janeiro recomenda que o licitante faça a visita técnica, pois a mesma representará a oportunidade para os licitantes interessados tomem conhecimento de tudo aquilo que possa, de alguma forma, influir sobre o custo, preparação da proposta e execução do objeto, além de conhecerem as características e especificações, condições especiais ou dificuldades que possam interferir na execução dos trabalhos, tais como: as condições locais, equipamentos necessários a execução, a metragem do local, os meios de acesso ao local, além de fazerem todos os questionamentos e solicitações técnicas que acharem necessários para elaboração de suas propostas comerciais.

12.5 O exame, a conferência e a constatação prévia de todos os detalhes e características técnicas do objeto passam a ser responsabilidade exclusiva da Licitante interessada, não se permitindo alegar o desconhecimento de tais fatores como forma de reivindicar qualquer tipo de reajuste no contrato.

12.6 A responsabilidade pela ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de omissão na verificação dos locais de instalação e execução dos serviços é exclusivamente da Licitante Contratada, que deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, preenchendo – obrigatoriamente – a Declaração de Vistoria, Anexo I do presente Termo de Referência.

Rio de Janeiro, 24 de julho de 2020.

ARTUR RIVELLO DE MOURA FORTES

DIRETOR DA DIVISÃO DE GESTÃO DE CESSÃO DE USO